

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.028.399 - RS (2016/0320326-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **BECKER - SONORIZACAO LUZ E IMAGEM LTDA - ME**  
**ADVOGADOS** : **DENNIS BARIANI KOCH E OUTRO(S) - RS045602**  
ÉRIKA FABÍOLA SILVA GOMES - RS049743  
RAFAEL ZIPPIN KNIJNIK - RS054696  
DANIELA FERNANDES GUERREIRO KEUNECKE - RS063924  
**AGRAVADO** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS** : **NELSON PILLA FILHO - RS041666**  
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441  
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - RS060292  
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN E OUTRO(S) - RS078688A  
**INTERES.** : **MARIA APARECIDA COSTA BECKER**  
**INTERES.** : **ENOLI SCHERER BECKER**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 176/180).

O acórdão recorrido possui a seguinte ementa (e-STJ fl. 130):

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.**

**1. INAPLICABILIDADE DO CPC/2016.** A nova legislação processual civil adotou a teoria dos atos processuais isolados, em razão da qual cada ato processual deve ser considerado separadamente dos demais a fim de que seja determinada qual a lei de regência.

**2. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE.** No ato de apresentação da impugnação ao cumprimento de sentença, o juízo deve estar seguro, sob pena de não recebimento do incidente.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.** (Grifos no original.)

No especial (e-STJ fls. 144/154), interposto com base no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente apontou violação dos arts. 475-J, § 1º, e 475-L, II, do CPC/1973, sustentando a dispensa da garantia do juízo quando existe "matéria de ordem pública intrínseca ao conteúdo da impugnação (pedido de LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO) que, apesar deste nome, tem natureza jurídica de exceção de pré-executividade (art. 475-L, II CPC)" (e-STJ fl. 151).

No agravo (e-STJ fls. 182/192), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A contraminuta foi apresentada (e-STJ fls. 195/203).

É o relatório.

Decido.

Correta a decisão de inadmissibilidade do recurso especial.

A Corte *a quo* negou provimento ao agravo interposto pela ora agravante em

virtude da necessidade de garantia do juízo para o recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença, conforme o seguinte excerto (e-STJ fls. 136/139):

A parte agravante se insurge contra a decisão judicial que determinou que efetuassem a garantia do juízo sob pena de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença.

Com efeito, a partir das alterações no Código de Processo Civil de 1973, os embargos foram substituídos pela impugnação, permanecendo, todavia, a obrigatoriedade da segurança do juízo como pressuposto para o seu oferecimento, entendimento que, apesar de não ser unânime pelos doutrinadores, é o firmado por esta Câmara.

No caso em apreço, não obstante a parte agravante tenha sido intimada na forma do art. 475-J, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973, a impugnação ao cumprimento de sentença foi apresentada sem a devida garantia do juízo.

Instada a prestar a garantia do juízo, a ora agravante pretende alegar a sua desnecessidade.

É pacífico na doutrina que, nos termos do artigo 475-J, § 1º, do CPC/1973, o recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença pressupõe a garantia do juízo.

Nesse sentido, é a jurisprudência desta Câmara:

(...)

Embora a parte agravante afirme que a matéria alegada na impugnação ao cumprimento de sentença se trata de matéria de ordem pública e que, por isso, poderia ter sido alegada por meio de exceção de pré-executividade, procedimento em que não é exigível garantia do juízo, não é o que se verifica no caso concreto.

Cumprido ressaltar que não se desconhece o entendimento segundo o qual não seria necessária a garantia do juízo pela oposição de impugnação ao cumprimento de sentença que trate de matéria de ordem pública. Pelo contrário, esse é o entendimento desta Câmara:

(...)

No entanto, no caso concreto, a parte agravante suscita, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, excesso de execução, já que aponta equívocos no cálculo do débito.

Ora, como se observa, a questão principal da impugnação ao cumprimento de sentença é a excessividade da cobrança, ou seja, trata de matéria de defesa que enseja dilação probatória, não caracterizando matéria de ordem pública. Dessa forma, a exceção de pré-executividade não se prestaria para tal fim, sendo correta a oposição de impugnação ao cumprimento de sentença, para a qual é exigível a prévia garantia do juízo.

Nesse norte, é o precedente desta Câmara:

(...)

Embora a parte agravante assevere a inexigibilidade do título, na impugnação de sentença alega tão somente o excesso de execução, matéria que demanda dilação probatória, não podendo ser objeto do procedimento de exceção de pré-executividade.

Assim, de acordo com o acima exposto, verifica-se que o procedimento da impugnação ao cumprimento de sentença pressupõe a prévia garantia do juízo, não sendo a ora agravante isenta de tal procedimento.

Por fim, pelos mesmos motivos já expostos, também não há razão para o feito tramitar sem a garantia até o cálculo do débito a ser efetuado por perito como pretende a agravante.

Este entendimento está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, conforme os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. CÁLCULOS APRESENTADOS PELO CREDOR. NECESSIDADE DE ENVIO AO CONTADOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. NECESSIDADE DE GARANTIA DO JUÍZO PARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ.

1. A possibilidade de apresentação de cálculos pelo credor e a necessidade de envio

dos autos ao contador, contrariamente à conclusão do acórdão recorrido, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. A jurisprudência desta Corte entende "ser a garantia do juízo pressuposto para o oferecimento da impugnação ao cumprimento de sentença, a teor do disposto no art. 475-J, § 1º, do CPC/73" (AgRg no AREsp 842.066/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 24.3.2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.507.924/DF, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 19/3/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE. ART. 475-J, § 1º, DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A jurisprudência dominante na Terceira e Quarta Turmas do STJ é no sentido de que a admissibilidade da impugnação ao cumprimento de sentença depende da prévia garantia do juízo, nos termos do art. 475-J, § 1º, do CPC/1973.

2. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 1.052.222/SC, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 2/8/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. CÁLCULOS ARITMÉTICOS. SÚMULA 7/STJ. GARANTIA DO JUÍZO. CONDIÇÃO PARA O PROCESSAMENTO.

1. Tendo o Tribunal a quo, soberano na análise da matéria fático-probatória, concluído que, no caso concreto, o valor da condenação pode ser apurado mediante memória de cálculo, a adoção de liquidação por arbitramento, como pretende o devedor, é medida que não pode ser alcançada na via do Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a garantia do juízo é condição do processamento de impugnação ao cumprimento de sentença (AgRg no REsp 1.535.850/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/9/2015; AgRg no REsp 1.518.909/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 22/6/2015; AgInt no AREsp 834.975/SC, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 27/6/2016).

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp n. 1.642.153/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

No caso, incide, portanto, a Súmula n. 83/STJ, que se aplica tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto aqueles fundamentados pela alínea "a" do permissivo constitucional:

Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

A propósito, o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. BANCO DEPOSITÁRIO. APLICAÇÃO SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL FUNDAMENTADO NA ALÍNEA A. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

(...)

II.- Embora se refira apenas ao recurso especial fundado na divergência jurisprudencial, a Súmula 83 aplica-se ao recurso especial interposto com base na alínea *a* quando o

# *Superior Tribunal de Justiça*

acórdão recorrido estiver em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag n. 1.086.619/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/5/2009, DJe 2/6/2009.)

Além disso, a Corte de origem apontou a impossibilidade da oposição de exceção de pré-executividade, tendo em vista a autora estar alegando excesso de cobrança, matéria que demanda dilação probatória, conforme o seguinte excerto (e-STJ fl. 138):

Ora, como se observa, a questão principal da impugnação ao cumprimento de sentença é a excessividade da cobrança, ou seja, trata de matéria de defesa que enseja dilação probatória, não caracterizando matéria de ordem pública. Dessa forma, a exceção de pré-executividade não se prestaria para tal fim, sendo correta a oposição de impugnação ao cumprimento de sentença, para a qual é exigível a prévia garantia do juízo.

A insurgência recursal, todavia, não trouxe impugnação específica capaz de combater esse fundamento do acórdão.

Nesses termos, conclui-se que o recurso encontra óbice na Súmula n. 283/STF.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator